



PROCESSO n : 2023000137

INTERESSADOS: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Assunto: ADITIVO AO PROJETO DE LEI QUE ACOMPANHA O PROCESSO N  2023000055.

VOTO EM SEPARADO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás que dispõe sobre a natureza da contrapresta o pelo exercício de cargos em comissão e de fun es de natureza administrativa ou de representa o pelos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

O processo foi recepcionado na Comissão Mista, para o qual pedi vista. Pois bem, para aperfeiçoarmos o projeto, apresentamos a seguinte emenda:

Emenda Supressiva: suprima-se o atual art. 2  do presente projeto de lei, renumerando-se os posteriores.

JUSTIFICATIVA

A presente modifica o se justifica para sanar inconstitucionalidade da atual propositura. Afinal, o artigo em questão busca **burlar o teto salarial do funcionalismo público**, através da transforma o do excedente salarial em verbas indenizatórias.

Sendo assim, fere o inciso XI do art. 37 da Constitui o Federal que dita: **“a remunera o e o subsídio dos ocupantes de cargos, fun es e empregos públicos da administra o direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no**



âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos”

Ademais, o teto salarial dos membros dos tribunais de contas estaduais e municipais deve seguir a mesma regra usada para os integrantes da corte de contas da União, que toma como base os vencimentos do Judiciário Federal.

Desta forma, ressalta-se a **inconstitucionalidade**, pois o texto da Carta Magna deixa claro que a remuneração, subsídio ou outras vantagens de qualquer natureza não poderão exceder o teto remuneratório do funcionalismo público.

Isto posto, é o voto em separado, para o qual peço destaque.

SALA DE SESSÕES, 03 DE março DE 2023.

ANTÔNIO GOMIDE
Deputado Estadual